

Em redor de uma vergonha

Que Portugal é um país onde tudo se faz por via de regra à matroca, sem preparação, sem regra e sem o sentimento das responsabilidades sabia-se já: o que ninguém, no entanto, podia prever era que essa pecha fatal, que tanto nos inferioriza, pudesse ostentar-se em tão inverosímil espectáculo como êsse que acaba de dar-se, com o embarque do Chefe do Estado, a bordo do *Porto*, à avidez achincalhante dos inimigos do regimen — o que, sendo péssimo, ainda seria o menos! — e ao comentário sarcástico das chancelarias e dos *reporters* de todo o mundo. O caso foi mêsmo qualquer coisa de tão espantosamente desconcertante que os comentários atropelam-se-nos na mente e a pena não sabe como deslizar, para referir-se-lhe, sôbre o papel... Mêsmo sem o vergonhosíssimo e nunca visto espectáculo de um Chefe do Estado, metido a bordo de um vapor com todas as honras e cumprimentos protocolarmente inerentes ao seu alto cargo, e posto de escabeche, à vista de terra, porque o navio, que estivera em reparações, não está ainda em condições de navegar, a ida do sr. presidente da República ao Brasil dava o flanco à zargunchada da crítica justiceira, se não pela ida em si, que um alto intuito político justifica plenissimamente, por certos detalhes e circunstâncias que entram desabaladamente no capítulo do *non-sense*... Tudo isso, porém, se esfuma e desaparece perante esta vergonha máxima que, por mais que espiolhêmos o dicionário, à cata de certa espécie de vocábulos, não sabêmos como classificar devidamente. Mas como se pôde incorrer numa *gaffe* que reclamaria Offenbach se, pelo mal que fez ao decôro nacional e ao nosso conceito perante o mundo, não fosse dolorosamente confrangedora? Quem foi o responsável do que se passou? O responsável, ou os responsáveis? E, sem querermos entrar no análise crítica das circunstâncias em que foi resolvida e efectuada a ida ao Brasil do sr. dr. António José de Almeida, sempre farêmos esta pergunta: porque não veio a Lisboa buscar o presidente da República Portuguesa um navio de guerra brasileiro? Disseram vagamente os jornais, há tempos, que êsse oferecimento fôra feito... Se é absurdo que o govêrno português o não tenha aceito num mal entendido orgulho que o govêrno belga não teve, não é menos estranho que o govêrno brasileiro se tenha fraternalmente esquecido de ter para com o presidente da República Portuguesa atenções com que não se esqueceu de distinguir o rei Alberto. Não querêmos que o nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros venha aclarar as nossas dúvidas a êste respeito, por intermédio de uma nota officiosa feita com a desdenhosa reserva, vagamente tocada de tédio, com que os nossos Talleyrands de botas de elástico condescendem, às vezes, em responder às impertinências patrióticas da crítica... A diplomacia aberta — bem o sabemos — continúa a ser, a despeito do Tratado de Versailles e dos imortais princípios, uma aspiração de idealistas contumazes... O Parlamento, êsse, tem, porém, não somente o direito mas o dever de oportunamente interrogar o govêrno sôbre as *démarches* diplomáticas que prepararam a ida ao Brasil do supremo magistrado da Nação. Esperêmos que nele não deixe de haver quem saiba erguer-se para agitar, no uso de um direito que não corresponde a um mero desejo de besbilho-

tice, mas à indeclinavel defesa do brio nacional, esta delicada questão a que aludimos.